

---

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)

Alunos devem ter contato com doutrinas, defendem bispos

DE SÃO PAULO

O aprofundamento de questões religiosas é um direito aos estudantes, previsto na Constituição, afirma a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

"A falta de ponto de referência no período da formação das pessoas abre o caminho a fáceis desvios para a rota do crime", defende a entidade em documento.

A CNBB também será consultada pelo Supremo.

"Trata-se de direito não apenas aos católicos, mas para todos. O Estado, no momento em que reconhece os vários sujeitos culturais presentes no país, deve garantir a sua livre expressão e o seu desenvolvimento", completa.

A Secretaria Estadual da Educação de São Paulo diz que aborda apenas "tópicos como o convívio com diferenças, ética e solidariedade".

O governo paulista afirma ainda que segue a legislação, especialmente os dispositivos que vetam o proselitismo (catequização de estudantes).

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#) | [Comunicar Erros](#)